



**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**CONSULTA PRÉVIA**

**AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO**

A handwritten signature or mark, consisting of several overlapping loops and lines, located in the bottom right corner of the page.

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

CADERNO DE ENCARGOS  
PROCEDIMENTO CONCURSAL POR CONSULTA PRÉVIA  
AQUISIÇÃO DE BENS

Capítulo I  
Disposições gerais

Cláusula 1.<sup>a</sup>  
Objeto

1 – O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré - contratual que tem por objeto principal a aquisição de material elétrico, com as seguintes Especificações Técnicas:

1 - Objeto do procedimento: Aquisição do seguinte material elétrico, com as seguintes características:

qtd	produto
50	abraçadeira de eléttodos de terra
10	armadura estanque com acrílico para led 1x36
10	armadura estanque com acrílico para led 1x58
6	armadura estanque com acrílico para led 2x18
12	armadura estanque com acrílico para led 2x36
12	armadura estanque com acrílico para led 2x58
12	armaduras emergência 2x6w 2 horas
100	arrancador S10
100	arrancador S12
10	base de neutro H00
36	boquilha roscada com porca 32mm
500	boquilhas 20mm JSL
150	boquilhas com porca VD 20mm
40	boquilhas com porca VD 40mm
3000	bucha com gola 6 mm
6	caixas contador da quitério monofásica interior
50	caixas de aparelhagem aplique
100	caixas de aparelhagem quadradas interior com tampa
200	caixas de aparelhagem redondas fundas
150	caixas de aparelhagem redondas normal
20	caixas de medição de terra
6	caixas P100 da quitério interior
10	célula foto eléctrica 220v

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

24	centro da suno tv
20	comutador de escada simples branco Efael ou equivalente
60	comutador de escada simples Suno ou equivalente
30	comutador de lustre Suno ou equivalente
6	contator calha 4x25A 220v
12	detetor de movimento saliente 220V
3	diferencial 2x25A 0,030mil A
12	diferencial 2x40A 0,030MA
12	diferencial 2x40A 0,300MA
3	diferencial 4x40A 0,030mil A
3	diferencial 4x63A 0,030mil A
3	disjuntor 2x40A
10	disjuntor unipolar 10 A
100	disjuntor unipolar 16 A
20	disjuntor unipolar 20 A
25	eléctrodo de terra 1,5 metros
50	espelho duplo suno
300	espelho simples
30	ficha fêmea borracha 16A
20	ficha macho aborrachada 16A preta com terra
10	interruptor diferencial 2x25A 300MA
50	lâmpada chama em led 8w E14 6500k
50	lâmpada fluorescente 8w TSD
200	lâmpada fluorescente TLD 18w luz do dia
25	lâmpada fluorescente TLD 36w luz do dia
50	lâmpada fluorescente TLD 58w luz do dia
3	lâmpada HPI-T 1000w 220v E40
100	lâmpada led E14 6w G45 bulb 6500k
100	lâmpada led E27 10w 6500k bulb
100	lâmpada led E27 12w 6500k bulb
25	lâmpada led silicone 10w 118mm R7S 6000k
100	lâmpada led T8 10w 6000k 0,60m
100	lâmpada led T8 18w 6000k 1,2mm
100	lâmpada led T8 24w 6000k 1,5mm
50	lâmpada Master PL-C 13w/840 2P
50	lâmpada Master PL-C 18w/840 4P
12	lâmpada mercúrio 125w ampola E27
600	lâmpadas E27 claras 25w standart
2	lâmpadas eco dic 6E 85w 4200k E27
12	lâmpadas iodetos metalicos tubular 400w

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

50	lâmpadas led 7W GU 10
100	ligador rápido cabo flexível 3x2,5mm
100	ligador rápido cabo flexível 5x2,5mm
10	manga termoretrátil 30/10mm
10	manga termotetrátil 40/12mm
12	manga termotetrátil 8/2mm
300	metros de cabo FVV 3x1,5 mm preto
300	metros de cabo FVV 3x2,5 mm preto
100	metros de cabo FVV 5x10 mm
100	metros de cabo FVV 5x6 mm
100	metros de cabo UVV 3x1,5 mm
200	metros de cabo UVV 3x2,5 mm
150	metros de calha adesiva 20x12,5 mm
500	metros de fio V 1,5 mm azul
500	metros de fio V 1,5 mm castanho
500	metros de fio V 1,5 mm preto
500	metros de fio V 1,5 mm verde amarelo
500	metros de fio V 2,5 mm azul
500	metros de fio V 2,5 mm castanho
500	metros de fio V 2,5 mm preto
500	metros de fio V 2,5 mm verde amarelo
200	metros de fio V4 mm azul
200	metros de fio V4 mm preto
100	metros de fio VVD 2x1,5 mm
50	metros de fio VVD 3x1,5 mm
100	metros de tubo anelado 16 mm com guia Legrand ou equivalente
600	metros de tubo anelado 20 mm com guia Legrand ou equivalente
500	metros de tubo pré cabelado 3x2,5 mm Legrand ou equivalente
100	metros tubo corrugado 40mm
50	metros tubo corrugado 63mm
1000	parafuso 3,5 x 40 mm
3	pente monofásico unipolar
3	pente tripolar
6	projektor RVP351 HPI 400w SK com lâmpada
6	quadro de quitério 24 módulos interior
6	quadro estanque exterior 8 módulos
3	quadro interior da quitério 16 módulos
10	relógio horário com reserva 220v 16A
200	rolo de fita isoladora preta 3 metros
12	seccionador fusível 22x58

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

300	suporte de lâmpada E27 Legrand ou equivalente
50	tomada com terra Efapel brancas
36	tomada monofásica estanque com terra Efapel ou equivalente
200	tomada Suno interior com alvelos protegidos ou equivalente
12	tomada TV fim de linha
100	uniões VD 20mm
2	variador luz 600w Suno ou equivalente

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Local de entrega/execução**

Os bens objeto do contrato devem ser entregues no Centro Logístico Municipal de Reguengos de Monsaraz.

**Cláusula 3.<sup>a</sup>**

**Prazo de entrega**

- 1 – Os bens do presente procedimento deverão ser entregues de forma faseada, de acordo com as solicitações do MRM.
- 2 – O contrato mantém-se em vigor até à ao final do fornecimento em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Cláusula 4.<sup>a</sup>**

**Contrato**

- 1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**

**Gestor do contrato**

- 1 - A entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, podendo ser-lhe delegados poderes para a adoção das



**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

medidas corretivas que se revelem adequadas, no caso de detetar desvios, defeitos, ou outras anomalias na execução do contrato, exceto em matéria de modificação e cessação do contrato.

2 - A indicação do gestor do contrato, em nome da entidade adjudicante deve constar do clausulado do contrato, nos termos do disposto na alínea i), do n.º 1, do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos.

**Capítulo II  
Obrigações contratuais**

**Secção I  
Obrigações do fornecedor**

**Subsecção I  
Disposições gerais**

**Cláusula 6.ª**

**Obrigações principais do fornecedor**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação de efetuar o fornecimento dos bens identificados na sua proposta.

**Cláusula 7.ª**

**Conformidade e operacionalidade dos serviços**

1 – O adjudicatário obriga-se a fornecer ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2 – É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina a celebração de um contrato de fornecimento de bens.

**Subsecção II  
Dever de sigilo**

**Cláusula 8.ª**

**Objeto do dever de sigilo**

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Reguengos de Monsaraz, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

**Secção II  
Obrigações do Município de Reguengos de Monsaraz**

UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

**Cláusula 9.<sup>a</sup>**

**Preço contratual**

- 1 – Pelo fornecimento dos bens, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Reguengos de Monsaraz deve pagar ao fornecedor o valor máximo de €15.000,00 (quinze mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor à data da respetiva liquidação, se este for legalmente devido.
- 2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**

**Condições de pagamento**

- 1 – As quantias devidas pelo Município de Reguengos de Monsaraz, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s), no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Reguengos de Monsaraz da respetiva fatura.
- 2 – Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida 30 (trinta) dias após a prestação de serviços.
- 3 – Em caso de discordância por parte do Município de Reguengos de Monsaraz, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 – Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária

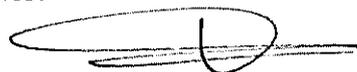
**Capítulo III**

**Penalidades contratuais e resolução**

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

**Penalidades contratuais**

- 1 – Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento das datas da prestação de serviços.
- 2 – Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Reguengos de Monsaraz pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 5% do valor da adjudicação.
- 3 – Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos bens objecto do contrato cujo atraso na execução tenha determinado a respetiva resolução.
- 4 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Reguengos de Monsaraz tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
- 5 – O Município de Reguengos de Monsaraz pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
- 6 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Reguengos de Monsaraz exija uma indemnização pelo dano excedente.



UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV

**Cláusula 12.ª**

**Força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 13.ª**

**Resolução por parte do contraente público**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Reguengos de Monsaraz pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na execução do serviço ou fornecimento dos bens.

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Reguengos de Monsaraz.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Resolução por parte do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 10% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Reguengos de Monsaraz, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

**Capítulo IV  
Caução e seguros**

**Cláusula 15.<sup>a</sup>  
Caução**

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

**Capítulo V  
Resolução de litígios**

**Cláusula 16.<sup>a</sup>  
Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Reguengos de Monsaraz, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Capítulo VI  
Disposições finais**

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 18.<sup>a</sup>  
Comunicações e notificações**





REGUENGOS  
DE MONSARAZ

Município do Reguengos de Monsaraz



CÂMARA MUNICIPAL

**UNIDADE ORGÂNICA DE GESTÃO FINANCEIRA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO  
SUBUNIDADE ORGÂNICA DE APROVISIONAMENTO - APV**

- 1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2 – Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Reguengos de Monsaraz, 06 de março de 2019

José Gabriel Paixão Calixto

Presidente da Câmara Municipal